

APRESENTAÇÃO

João Carlos Soares ZUIN*

No início da era moderna, Leonardo da Vinci redigia em manuscritos, com *ostinato rigore*, a linguagem racional e científica acerca do significado da forma e do conteúdo das coisas e dos seres, do corpo humano e de sua anatomia, da vida humana e de suas múltiplas manifestações sensíveis e morais. Em um aforismo de imensa importância afirmou que “o movimento é causa de toda vida” (DA VINCI, 1997, p.41) condensando, em poucas palavras, a negação da verdade revelada pelo discurso místico e teológico com a afirmação da força do conhecimento racional e científico em observar atentamente e interpretar profundamente os fenômenos, em construir hipóteses e experiências para encontrar e comprovar os nexos entre os efeitos e as causas, em criar máquinas e belos engenhos, em buscar compreender a dinâmica das coisas e dos seres. No mesmo manuscrito denominado *Codice Trivulziano*, Leonardo da Vinci afirmou que “com o tempo, tudo vai se modificando” (DA VINCI, 1997, p.45). O movimento não apenas causa o surgimento de toda vida, mas no curso da vida ocorre a sempre possível modificação dos conteúdos e das formas. O aforismo não lamentava a transformação das coisas e dos seres no curso do tempo; ao contrário, reconhecia a presença da alteridade nas coisas e nos seres, compreendia que o movimento e a alteridade são componentes da matéria presente na natureza das coisas e dos seres, com também na vida humana e naquilo que ela manifesta e objetiva. Se não houvesse o movimento e a alteridade a vida não se manifestaria em toda a sua potencialidade, não poderia produzir novos conteúdos e formas.

No curso do renascimento e do humanismo, o reconhecimento do movimento como causa da vida rompia com duas ideias fundamentais do discurso teológico: a do lugar natural e da existência do cosmos. A teologia dos antigos era baseada

* UNESP – Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”. Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, Departamento de Sociologia. Araraquara – SP – Brasil. 14800-901 - zuin@fclar.unesp.br.

na crença de “um lugar para cada coisa e cada coisa em seu lugar” (KOYRÉ, 1981, p.9), e afirmava que o movimento da coisa do seu lugar natural produzia a corrupção e a desordem cósmica. A palavra cosmos expressava a existência de uma ordem criada por um ente perfeitíssimo, dentro da qual as rígidas hierarquias separavam as diferentes ontologias, garantindo o equilíbrio e a continuidade eterna da harmonia e da perfeição. A maior força do pensamento renascentista e humanista foi desenvolvida na negação das ideias de lugar natural e de cosmos, o que possibilitou a edificação de uma nova cultura que, ao se afastar da ideia de perfeição e imutabilidade das coisas e dos seres, estimulou o movimento do intelecto humano em direção da vontade de conhecimento sempre renovada, da confiança no trabalho humano teórico e prático, na aceitação da infinitude do real e na participação ativa no civil progresso humano.

A fundamental importância do movimento e da alteridade também está presente no pensamento filosófico de Hegel, que combateu em toda sua obra a nostalgia romântica e conservadora pelo místico e pelo imobilismo da ordem. Nos escritos de Jena, o filósofo alemão afirmou que “[...] os cursos de água que não são movidos pelo vento tornam-se pântanos” (HEGEL apud LOSURDO, 1983, p.159), enfatizando a tarefa da filosofia em identificar e compreender a presença na vida social de forças progressistas e forças regressivas: as forças sociais progressivas que lutam por reconhecimento de novas subjetividades, que promovem as mudanças nos valores e princípios que dão sentido às instituições sociais e políticas e, ao contrário, as forças sociais regressivas que procuram manter a ordem social imóvel e sem contradições, esvaziando os conflitos e impedindo a existência de novos movimentos e alteridades nos valores, nas formas de vida e na sociedade. Em Leonardo Da Vinci e em Hegel, em dois momentos da era moderna, o pensamento racional, científico e filosófico compreendeu a importância da força da ação humana em movimentar aquilo que estava estático, estéril e sem força criativa e propulsora, para que possa ocorrer o progresso da cultura e da sociedade. Logo, se as forças sociais não constroem a energia necessária para pôr em movimento os valores e os princípios, as formas de relacionamento intersubjetivo e as instituições, a sociedade, como um todo, tende a definir dentro do pântano do imobilismo e da esterilidade.

No curso da modernidade e, sobretudo, nos processos de modernização econômicos e políticos, as forças sociais produziram diversos tipos de dinâmicas econômicas e políticas que movimentaram e modificaram profundamente o sentido da sociedade. A industrialização e a urbanização geraram, por um lado, as dinâmicas sociais inclusivas, igualitárias e universais que expandiram os direitos civis, políticos e sociais para os grupos e classes subalternos, gerando a democracia moderna (a formação social existente entre 1945 e 1975, baseada na organização do conflito entre as classes sociais, no equilíbrio relativo entre as classes, no reconhecimento

social da importância do trabalho, na distribuição da renda, na ideia de justiça social, nos direitos sociais e econômicos do Estado social), mas, por outro, as dinâmicas sociais regressivas, excludentes e discriminatórias que produziram novas ideias e hierarquias que legitimavam a desigualdade e o não reconhecimento dos grupos e classes subalternos. É possível dizer que todo o século XX foi atravessado pela dialética entre as dinâmicas sociais progressistas e regressivas, pelo conflito e contradição entre o progresso e a regressão, entre a expansão da democracia moderna e a vontade política de restrição da democracia às forças dominantes em suas diversas variações históricas: oligarquia, elite, condutor da massa, homem providencial, raça superior, classe dominante.

No final do século XX, três grandes acontecimentos produziram profundas modificações na sociedade contemporânea: a derrota do comunismo (seja no plano econômico e político, seja no militar e midiático), a revolução nos transportes e na comunicação e a concepção de mundo neoliberal, cada qual ao seu modo, geraram o fenômeno histórico da globalização econômica e política. A nova ordem mundial produzida pelos países vencedores da guerra fria e pelas grandes corporações transnacionais projetou, em escala mundial, os novos valores e princípios organizadores da vida material e espiritual: o hiperindividualismo (a condição humana desvinculada, atomizada, desprovida de nexos e responsabilidade para com a família, a sociedade e o Estado nação, centrada na vontade de potencializar a liberdade privada e alcançar o máximo benefício particular nas ações e relações sociais), o hiperconsumismo (a forma de vida humana permanentemente estimulada ao consumo de mercadorias, que transcendeu os limites da austeridade e que se manifesta no hedonismo ilimitado, predatório e insaciável) e a hipercompetitividade (a existência humana que se desenvolve na concorrência acirrada e intensa, que necessita demonstrar diariamente a sua eficácia e performance sob o risco de ser demitida e lançada no contingente sempre maior de força de trabalho desnecessária; o acirramento da competição sempre mais feroz e ubíqua no mundo do trabalho, no comando do processo de produção e entre os países e blocos econômicos e políticos no mercado mundial). Os três valores fundamentais do neoliberalismo, difundidos pelas mais diversas mídias desde o final do século XX, prometiam o advento da era de paz e democracia, bem como enfatizavam as virtudes da prosperidade econômica do livre mercado. Contudo, a expansão econômica dos diversos tipos de capitais também produziu, desde a década de 1990, a vertiginosa desigualdade social, a gigantesca concentração de riquezas e capitais nas elites transnacionais, o aumento do número de pessoas encarceradas, a pluralidade de sucessivas crises econômicas-políticas-sociais e a proliferação da guerra.

A complexidade da nova ordem mundial, da globalização econômica e política e da sociedade capitalista contemporânea produzem diversos tipos de movimentos

sociais progressistas e regressivos, polimorfos e polissinfônicos. Por um lado, os movimentos sociais contemporâneos expressam a extrema dilatação da subjetividade e da individualização dos “filhos da liberdade” (BECK, 2002, p.156), promovendo novas identidades e lutas sociais por reconhecimento, novas formas de demandas valorativas materiais e imateriais, novas formas de manifestação política – que se desenvolvem fora dos espaços tradicionais da política na modernidade, como os sindicatos e partidos e as instituições políticas, e dentro das novas geometrias das paixões políticas disseminadas nas ruas, nas praças e nas redes sociais. Expressam o movimento da subjetividade para mais além dos modelos comportamentais e axiológicos da primeira modernidade, centrados na verticalização das identidades dentro da família, da classe, do sindicato, do partido e do Estado nacional. Desincrustados, desenraizados, fragmentados, centrados na força da liberdade individual e privada, colocam em questão os limites dos valores e dos princípios existentes nas mais diversas organizações e instituições sociais. A acentuação da liberdade privada tenciona as vigentes formas de vida e reconhecimento, as representações e os dispositivos disciplinares e educativos. Em todos os espaços da sociedade contemporânea, as formas de vida e as instituições tradicionais sofrem um acentuado esvaziamento de prestígio.

Os movimentos sociais contemporâneos também reagem contra os processos sociais difundidos pela globalização econômica e política: a desregulamentação econômica e o deslocamento do capital, o culto da flexibilidade (GALLINO, 2014), a desindustrialização e o desemprego estrutural, a precariedade do trabalho e da vida, o crescimento das diversas formas de desigualdades, o financiamento da vida e o endividamento sem fim, a imigração. O aumento exponencial de novas questões sociais, a destruição das formas de solidariedade e relacionamento, o acúmulo de angústias, incertezas e medos possibilitam o surgimento de uma miríade de movimentos sociais contemporâneos. São movimentos que protestam contra a precariedade do trabalho e da vida, a ausência de perspectivas (sobretudo na geração NEET, acrônimo que designa a vida estancada da juventude após as crises de 2008 e 2010: “*Not in Education, Employment or Training*”), sempre mais expostos ao poder das “formações predatórias” (SASSEN, 2013, p.13), que geraram diversas lógicas de exclusões e expulsões dos indivíduos da dignidade pessoal e social, do trabalho e da habitação, da proteção social e da cidadania, em uma palavra, da democracia moderna. Contudo, os movimentos sociais contemporâneos podem agir em direção contrária à democracia moderna. Alimentados pelos empreendedores da política do medo dos movimentos populistas e xenófobos, refutam a presença do estrangeiro, imigrante ou refugiado, acusando-os de culpabilidade pela degeneração da cultura, degradação da cidade e decadência do país. São movimentos sociais de extrema direita que usam slogans racistas e autoritários, defendendo a segurança dos

cidadãos autóctones e da sociedade ameaçados por invasões de hordas de imigrantes e terroristas, e pela islamização da Europa.

A pluralidade de vozes e ideias contida nos movimentos sociais contemporâneos – movimentos identitários, movimentos de gênero, movimentos antipolíticos, movimentos populistas, movimentos xenofóbicos e racistas, movimentos securitários, movimentos ambientais, movimentos religiosos, movimentos de despossuídos, etc. – revela três importantes sinais do tempo presente: 1) o crescente acúmulo de angústia e mal-estar que se alastra por todas as classes sociais e países, 2) o afastamento e a negação das formas modernas de representação e mediação política e 3) a ênfase na ação particular que se desenvolve na disputa horizontal com os outros sujeitos fragmentados, e que não visa construir um novo consenso – produzido através da elaboração de difíceis compromissos e mediações que possam unificar as divergências das identidades e dos interesses sempre mais dessemelhantes e antagônicos –, mas pretende alcançar a satisfação das demandas particulares e, no limite, expandir o **seu** senso de existência e realidade particular para preencher a erosão política do espaço social e do tempo histórico na sociedade capitalista contemporânea.

A nova ordem mundial e a globalização econômica e política potencializam os movimentos sociais que agem e reagem em diversas dimensões de conflitos e tensões: naquela que é própria da ordem social existente em cada país e região geográfica, com suas específicas contradições e problemas históricos, mas também, no enfrentamento de contradições e problemas semelhantes: a mundialização do capital, a contração do espaço, a aceleração do ritmo do tempo (não da unidade física, mas da velocidade de transformações e adaptações às demandas das forças econômicas e políticas), as crises econômicas, as guerras e a imigração. Os fantásticos e contraditórios movimentos da realidade social causaram profundas transformações na estrutura da família e da sociedade, da economia e da política. O senso tradicional do espaço local e nacional, espaços nos quais as forças sociais e políticas desenvolveram e enraizaram suas composições sociais, é posto em questão com a formação real e virtual do espaço global. O sentido do tempo histórico sofre o impacto da aceleração das modificações das tecnologias e dos valores efetuada pelas forças econômicas que esvaziam a relevância e o prestígio das narrativas tradicionais, bem como colaboram para romper os vínculos do presente com o passado e o futuro, gerando a construção social da dimensão temporal do presente permanente, contínuo, sem transcendência.

É possível dizer que a mundialização do capital e a globalização econômica e política impactam a sociedade capitalista contemporânea para uma época de conflitos e tensões de diversas naturezas, bem como possibilitam o profundo redesenho das geometrias políticas da primeira modernidade, em especial, da forma política mais

complexa que foi o Estado social. A erosão dos valores e princípios da sociedade industrial e nacional possibilitou a dilatação das identidades e das subjetividades que não apenas colocam em questão as antigas subjetividades políticas, como também procuram redesenhar as novas formas dos valores e dos princípios, das regras e das instituições.

Na complexa e contraditória sociedade capitalista contemporânea, na era da globalização econômica e política, é muito importante que as ciências sociais contribuam na tarefa de dotação de sentido dos movimentos sociais contemporâneos. Logo, é oportuna a escolha da **Revista Estudos de Sociologia** do tema *movimentos sociais contemporâneos*. Os três artigos que compõem o dossiê ajudam a compreender o movimento das forças sociais e o surgimento dos movimentos e das modificações valorativas nas percepções e identidades, nos anseios e desejos dos diversos atores e subjetividades existentes na sociedade contemporânea. Colaboram para a reflexão mais acurada da crise da política, no sentido lato do termo, que se torna sempre mais aguda quando é sobreposta às crises econômicas e sociais.

No artigo *Capturas e resistências nas democracias liberais: uma mirada sobre a participação dos jovens nos novíssimos movimentos sociais* Acácio Augusto, Pablo Ornelas Rosa e Paulo Edgar da Rocha Resende procuram compreender diversas questões sociais contidas nas manifestações e nos protestos ocorridos em julho de 2013 no Brasil. Problematizam o significado dos “novíssimos movimentos sociais” em diversos prismas analíticos: o sentido da juventude e dos grupos sociais na sociedade capitalista contemporânea, desvinculados das tradicionais formas de relacionamento e comportamento; a força simbólica e prática da identidade subjetivas baseada em emoções e senso de pertença do grupo de semelhantes; a negação da política representativa e institucional, da forma partido político e da representação vertical; a mobilização instantânea das pessoas e dos grupos na construção do desejo de ação direta e na resistência aos valores objetivados na sociedade capitalista contemporânea.

Matheus Mazzilli Pereira no artigo *Movimentos sociais e comunicação política: sínteses e aproximações teórica no caso dos direitos animais* analisa o surgimento de uma nova subjetividade que defende a expansão dos direitos aos animais e que atua na modificação da percepção acerca das ações cotidianas que envolvem os animais em festas, alimentações, meios de transportes, objetos de experimentos, objetos de vestuário, alimentação que utilizam ou promovem torturas, sofrimentos aos animais. A análise dos direitos aos animais é ampla: dos acontecimentos do cotidiano onde os animais são submetidos às diversas formas de utilitarismo, desprezo e violência, o autor foca atenção na dieta vegana e na construção do movimento social que busca difundir-la por meio de informações, manifestos e projetos. Na expansão do direito dos animais está contida a reflexão

educacional de uma nova relação entre o ser humano e os animais: o questionamento do discurso antropocêntrico e chauvinista humano, o reconhecimento da dignidade dos animais.

Jose Maria de Jesus Izquierdo no artigo *Quando o “eu” se transforma em “nós”: uma análise do processo de formação das FARC* tem como objetivo compreender os processos sociais que produzem a transformação do indivíduo em membro de um grupo social, investigando os processos que geram a movimentação e a modificação do eu em uma coletividade consciente e capaz de agir dentro de um sistema estabelecido de normas, valores, princípios e forças sociais refratárias à alteridade e ao reconhecimento da dignidade dos camponeses e dos trabalhadores rurais. O interesse maior do autor é compreender como as figuras e figurações sociais são tecidas nas diversas formas de conflitos materiais e imateriais (miséria e pobreza, dominação e exploração, raivas e frustrações) desenvolvidas na sociedade colombiana entre as décadas de 1930 e 1960 formaram de conjunto de movimentos sociais que produziram, em suas ações e aspirações, a objetivação da FARC.

É extremamente importante que os movimentos sociais contemporâneos tragam novas energias capazes de mobilizar as paixões e as vontades de ação dos indivíduos e dos grupos sociais, das classes e dos partidos na complexa globalização econômica e política – que gerou um capitalismo rapinador e destruidor de seres humanos e ecossistemas, recursos humanos e naturais. É necessário que os movimentos sociais contemporâneos colaborem não apenas na afirmação da identidade e interesse particular. Os movimentos sociais contemporâneos devem contribuir na resistência às dinâmicas políticas que devastam os direitos sociais e econômicos e os direitos humanos fundamentais; devem colaborar na reconfiguração dos valores, das ideias e das concepções de mundo capazes de tecer novas mediações entre as forças sociais, novos compromissos substanciais e acordos políticos, em uma palavra, construir novos consensos acerca da sociedade democrática.

REFERÊNCIAS

BECK, U.; BECK-GERNSHEIM, E. **Individualization**: institutionalized Individualism and its Social and Political Consequences. Londres: Sage, 2002.

DA VINCI, L. **Obras literárias, filosóficas e morais**. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

KOYRÉ, A. **Estudios Galileanos**. México: Siglo Veintiuno Editores, 1981.

GALLINO, L. **Vite rinviato**: lo scandalo del lavoro precario. Roma: Editora Laterza – La Reppublica, 2014.

LOSURDO, D. **Hegel, questione nazionale, restaurazione:** presupposti e sviluppi di una battaglia politica. Urbino: Università degli studi di Urbino, 1983.

SASSEN, S. **Expulsions:** Brutality and Complexity in the Global Economy. Cambridge: Harvard University Press, 2013.